

Capítulo I - A comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ

Luiz Henrique Marinho Lages
Marcelo Guerra Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LAGES, L. H. M., and SANTOS, M. G. A comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ. In: SANTOS, M. G., ed. *O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 11-27. ISBN: 978-65-00-03030-3.

<https://doi.org/10.7476/9786500030303.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo I

A comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ

Luiz Henrique Marinho Lages

Marcelo Guerra Santos

Características ambientais de São Gonçalo

O assentamento rural Fazenda Engenho Novo está localizado em São Gonçalo, município que pertence à região do leste metropolitano do Rio de Janeiro (figura 1), e apresenta uma população de cerca de 1 milhão de habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2010. Segundo O IBGE (2009), o município tem uma área de 248,160 km² e uma densidade demográfica de 4.035,90 hab/km². Apresenta um relevo caracterizado por planícies litorâneas, com ocorrência de morros ondulados e serras (Calaboca, Cassorotiba e Itaitindiba). O município ainda possui fragmentos de Mata Atlântica em diferentes estágios de sucessão, os mais importantes são os da Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro; Ilha de Itaoca/Boa Vista/Morro de Itaúna/APA de Guapimirim; Serra de Itaitindiba/Calaboca/Rio do Ouro/Ipiúba (Santos et al., 2012; Almeida et al., 2016). No assentamento da Fazenda Engenho Novo, segundo Passos et al. (2010), mais de 50% dos lotes não possuem fragmentos florestais e, estes, quando presentes, estão localizados em áreas de encosta, topo de morros, beira de rios e ao redor de nascentes. Esses

autores alertam que há uma forte pressão negativa na conservação desses fragmentos florestais.

Segundo Andrade e Ribeiro (2012), o município de São Gonçalo possui dez bacias hidrográficas, sendo que o assentamento em questão é banhado pela Bacia do Rio Aldeia. Inventários ictiológicos realizados nessa bacia hidrográfica revelaram a presença de dezessete espécies de peixes, apesar da notória poluição desses rios (Souza-Lima et al. 2012).

De acordo com Bertolino et al. (2016), no município de São Gonçalo são encontrados diferentes tipos de solo, entre eles, o Latossolo Vermelho-Amarelo, Latossolo Vermelho Distroférrico, Argissolos Vermelho-Amarelo, solo Hidromórfico, solo Halomórfico, Neossolo, Cambisolo Háptico e Área de intervenção antrópica (aterro, terraplanagem, mineração etc.).

O clima da região é do tipo AW, e o período mais seco ocorre nos meses de maio à outubro. A estação chuvosa acontece no período de novembro à abril. Cerca de 22% do total acumulado está concentrado no mês de janeiro, onde, em geral, registra-se um total de chuva superior a 170 mm. A temperatura média anual é de cerca de 26°C. Em geral, a região apresenta temperaturas quentes e alta umidade relativa do ar, em média 74,0% na maior parte do ano (Bertolino et al., 2016).

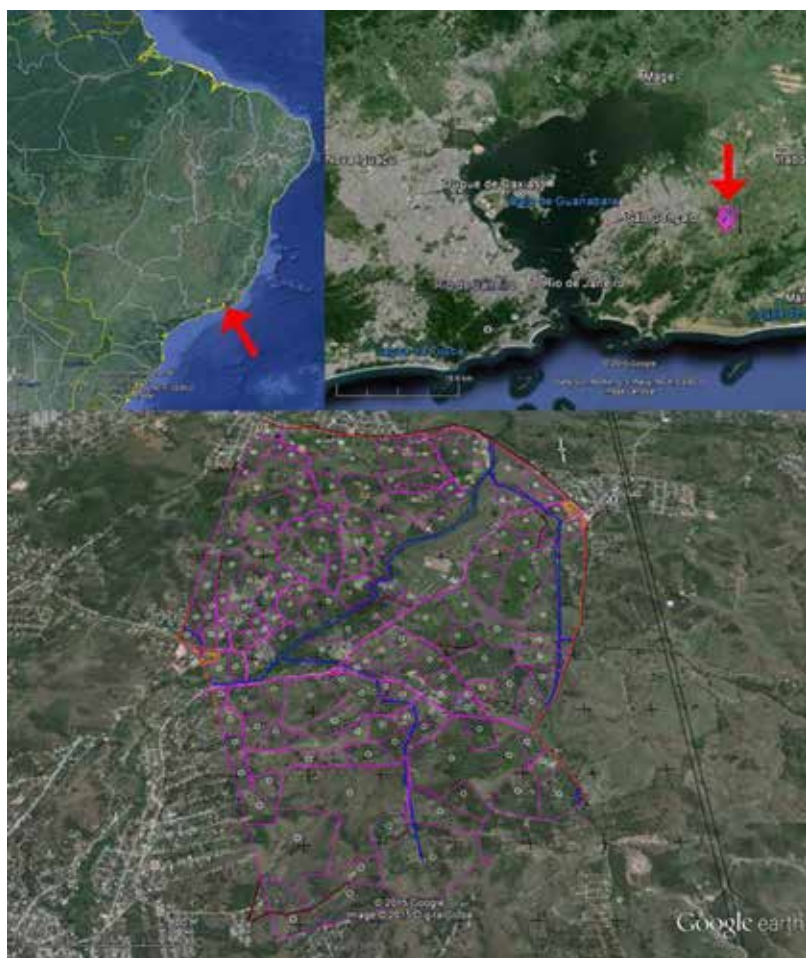
O assentamento rural Fazenda Engenho Novo

O assentamento recebe essa denominação local por conta da histórica Fazenda Engenho Novo (figura 2). Era um dos latifúndios que compunha o município de São Gonçalo e que, em 1830, foi adquirida pela família de Belarmino Ricardo Siqueira, Barão de São Gonçalo e amigo de D. Pedro II (Igreja Junior, 2009; Godoy, 2011). A fazenda foi inicialmente uma grande produtora de cana-de-açúcar, laranja e abacaxi, desde o século XVIII. Igreja Junior (2009) relata que o barão era simpatizante da causa abo-

licionista, alforriando muitos trabalhadores negros escravizados e deixando em sua herança uma razoável quantia para eles. Após a sua morte, entra em cena o coronel Joaquim Serrado, amigo do barão, que havia arrendado a fazenda e se declarou seu dono. Em 1943, a fazenda foi vendida para o filho dele, José Baltazar Serrado, que reiniciou o processo de produção agropecuário na região, com expressiva participação de meeiros e arrendatários.

Posteriormente, a localidade entrou em declínio econômico. Igreja Junior (2009) relata que em 1989 a fazenda foi vendida novamente, desta vez para o empresário Deusdirito Belmont, que iniciou um processo de remoção dos meeiros e arrendatários, impulsionando o conflito agrário na região. Essas disputas se deram de maneira violenta, com intensa mobilização dos agricultores da região. Em 1991, pelo Decreto Estadual n. 16.492, a área é considerada de utilidade pública para fins de desapropriação. Em 1993, o então governador do Estado, Leonel Brizola, assinou o Decreto n. 19.456, garantindo a posse provisória do imóvel, e, assim, a fazenda, considerada patrimônio histórico, acabou por ser entregue ao poder público, pondo fim ao período de disputa pela terra. No entanto, poucas políticas foram direcionadas à região até a primeira década do século XXI. Atualmente, de acordo com o levantamento feito por Passos et al. (2010), existem 143 famílias assentadas nesta área, muitas das quais já apresentando a maior parte de sua renda vinda de trabalho externo. A área da fazenda, localizada em plena região metropolitana do Rio de Janeiro, no município com a segunda maior população do estado, enfrenta diversos conflitos para se manter economicamente e também para ser reconhecida como área rural.

Figura 1. Localização do assentamento da Fazenda Engenho Novo, município de São Gonçalo, RJ



Fonte: ITERJ e Google Earth.

Figura 2. Sede da Fazenda Engenho Novo nos anos de 1960





Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os camponeses que atualmente habitam a área do assentamento compõem uma população de origem bastante heterogênea, contando com diversos descendentes dos antigos trabalhadores da fazenda, da época do coronel Serrado, ou até mesmo da época do Barão de São Gonçalo, bem como lavradores de outras regiões, trabalhadores urbanos aposentados, moradores pobres de áreas periféricas, pequenos comerciantes e pessoas que escolheram viver em uma área rural. Aquilo que lhes confere um caráter de unidade é a luta pela terra e pelo trabalho rural. De acordo com seus relatos, fica claro como o movimento organizado dos agricultores a partir do final dos anos 1970 conseguiu barrar a grilagem da área e ganhou força até a desapropriação em 1992, passando por diversas etapas até a fase atual, onde possibilitou firmar parcerias com diversas instituições públicas, como o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMA-

TER-RJ), além da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG), fomentando a produção agrícola local. Ainda persistem conflitos e contradições entre os agricultores, a comunidade externa e as instituições públicas, e a relação de forças pode ser percebida pelos resultados de cada negociação feita pelo sindicato.

Passos et al. (2010) realizaram um diagnóstico participativo socioambiental na região, que demonstrou um processo de esvaziamento rural, com êxodo dos jovens para a área urbana, principalmente devido a dificuldades econômicas para produção e ao intenso processo de empobrecimento do solo, decorrente do uso intensivo nas décadas anteriores. No entanto, o mesmo trabalho aponta a existência de pequenos remanescentes florestais, bem como a existência de uma comunidade de plantas e animais habitando a área do entorno de alguns sítios. Azevedo e Godoy (2012) ressaltam o valor do patrimônio imaterial existente na memória dos moradores mais antigos, de costumes e tradições mantidos até hoje pela conservação do meio de vida rural-agrícola.

O casarão da Fazenda Engenho Novo encontra-se hoje em um estado de reconstrução parcial, com as fundações e algumas paredes originais, feitas de pedra e adobe, ainda de pé, mas com dezenas de modernos blocos de concreto industriais se erguendo por cima e ao redor, formando um imenso galpão (figura 3). Nada semelhante à esplendorosa sede que ainda se erguia nos anos 90 do século XX (figura 2) que é fruto de uma tentativa desastrosa de reconstrução ocorrida na primeira década do século XXI. É nesse espaço, meio ruína, meio canteiro de obras, que se reúne o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo. É este o principal ponto de encontro dos atuais moradores da Fazenda Engenho Novo, os camponeses assentados a partir da década de 1990. Frequentam essas reuniões cerca de 40 a 100 pessoas, de uma população estimada em pouco mais de 500 habitantes.

A história dessas pessoas é bastante variada. Alguns estão na região desde que nasceram e se lembram da época do “Coronel” Serrado, que ocupou a fazenda até os anos 1960. Segundo eles, o processo de grilagem das terras começou após a morte do coronel que, sem herdeiros, possibilitou que o seu administrador assumisse o controle da fazenda. Enquanto antes trabalhavam em um sistema de arrendamento considerado favorável, a partir daquele momento passaram a sofrer intervenção ativa na produção, “sendo proibidas” culturas de longa duração, “pois as terras podiam ser vendidas a qualquer momento”, o que dificultou a cultura da laranja, uma das mais lucrativas da época. Também é neste período, segundo os relatos, que começa a exploração irregular de areia e areola dos rios da região (figura 4).

No entanto, a comunidade não aceitou passiva essa mudança na ordem. Um dos informantes assentados narrou como a associação de Moradores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo se formou em um momento de intensificação dos conflitos pela terra:

[...] nessa época, veio um capataz do Sr. Bt. e pediu para que só plantássemos cultivos anuais, pois a qualquer momento seríamos mandados embora, pois a fazenda toda iria virar pasto. Era assim, enquanto ele não começasse com o gado, poderíamos ficar, mas depois teríamos que sair. Aí tinha um aposentado do exército, o Sr. S., ele era um homem mais durão, ele falou que não ia ser assim. Aí um dia ele chegou e viu a sua casa pegando fogo. Foi quando ele começou com isso de Associação de moradores. E aí teve muita briga [...] (Lages, 2015, p. 26).

Outro assentado, além de confirmar a intervenção dos capatazes na produção local, narrou eventos de coerção dos agricultores:

[...] a gente não podia passar para a pista a qualquer hora. A gente tinha que passar na hora que eles [os capatazes] não estavam lá. Se eles vissem a gente passando para lá, eles já perguntavam logo o que a gente ia fazer e mandavam a gente voltar. A gente não tinha liberdade [...] (Lages, 2015, p. 26).

Figura 3. Sede da Fazenda Engenho Novo em três momentos: 1 - destruição após incêndio; 2 - reconstrução; 3 - reconstrução parcial, com as fundações e algumas paredes originais, feitas de pedra e adobe, ainda de pé, mas com dezenas de modernos blocos de concreto industriais se erguendo por cima e ao redor, formando um imenso galpão

1.



20 O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo

2.



3.



Fonte: Acervo pessoal de Sérgio Ricardo Fonseca.

Um agricultor que participou diretamente da criação dessa primeira associação narrou como era a organização na época do Cel. Serrado e como as mudanças ocorreram:

[...] havia o encarregado, o Sr. Ê., que cobrava dos agricultores um valor determinado, pelo uso da terra. Depois dele veio o Sr. M. que começou a vender as terras. Ele vendeu muito terreno para muita gente, mas quando chegou o Sr. Bt. ele disse que nada daquilo era válido, que a terra era dele, que ele tinha comprado do Serrado, e que ele ia usar a fazenda para criar gado, e que todas aquelas lavouras iam ter que acabar. Aí já começou o problema. Ele pressionou alguns, chegou a pagar mesmo uma quantia pequena para que eles deixassem a terra. Os homens dele vieram aqui me intimidar. Falaram que era melhor eu aceitar aquele valor, porque quando fosse para justiça eu ia ser mandado embora sem nada. Mas aí já estávamos organizando a Associação, com o Sr. S., e já vimos que isso não ia acontecer. Mas muita gente deixou a fazenda nessa época [...] (Lages, 2015, p. 26).

Figura 4. Extração de areola em frente ao casarão da Fazenda Engenho Novo



Fonte: Rosana Souza-Lima.

Na década de 1980, a Associação dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo lutou pela desapropriação das terras da Fazenda Engenho Novo e, após muita pressão e uma longa batalha judicial, o governo estadual as desapropriou. Os camponeses relatam que nessa época a agricultura local já havia entrado em declínio e muitos dos antigos moradores já haviam deixado a região. Após a desapropriação, veio a luta pelo assentamento, ocorrido em 1992, e pela obtenção do título de assentado, que alguns ainda não receberam.

Em 1992, foram assentadas 143 famílias. Desde a morte do “Coronel” Serrado, a política do município deu as costas aos trabalhadores rurais, chegando inclusive a inclui-los na área urbana, em uma tentativa de aumentar a arrecadação do município. Estas e outras dificuldades foram levando ao êxodo de diversas famílias,

assim como a venda de diversos lotes para outros grupos oriundos de outras regiões.

Junto com esse processo, houve a reestruturação da Associação de Moradores e Trabalhadores Rurais da Fazenda Engenho Novo (APRAFEN) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo (STR-SG), e a partir daí o início de um diálogo institucional com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG), o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) e a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

Em uma reunião do STR-SG, pode-se observar pelo menos quatro diferentes segmentos sociais que compõem a base do sindicato: os moradores da região, com a origem relacionada à Fazenda Engenho Novo; os agricultores de outras áreas rurais, com uma carga cultural própria, mas dialogando com a realidade local; pessoas oriundas do meio urbano, muitos inclusive aposentados, que chegam com uma certa capacidade de investimento e estabelecem um processo de recampesinação; por fim, trabalhadores assalariados sem propriedades dentro da Fazenda, como operadores do maquinário cedido ao STR-SG por projetos públicos. Além destes, frequentam as reuniões do STR-SG representantes das diversas instituições públicas envolvidas com a Fazenda Engenho Novo: técnicos do ITERJ e da EMATER-RIO; funcionários da PMSG, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); professores e estudantes das universidades públicas da região (UERJ e UFF). Dessa forma, as reuniões acabam também se tornando a principal tribuna dos debates que ocorrem na Fazenda Engenho Novo.

Atualmente, as terras dessa fazenda pertencem ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e são administradas pelo ITERJ. Aos camponeses é dada uma carta de assentado e lhes é permitido

permanecer e usufruir da terra enquanto dão o seu uso social, ou seja, a produção agrícola. Em contrapartida, eles não podem vender, alugar ou arrendar o seu terreno. Se um deles não utiliza a terra para produção, perde o direito de assentado e outra pessoa é remanejada para o local. Técnicos do ITERJ são responsáveis por fiscalizar se os assentados estão utilizando a terra de acordo com os propósitos estabelecidos ao assentamento, enquanto a EMATER-RIO presta o serviço de assistência técnica e extensão rural. A infraestrutura de maquinário do assentamento, por exemplo, é fruto de projeto técnico elaborado e apresentado pela EMATER-RIO, assim como os resultados de introdução e diversificação de culturas. Os conflitos eclodem quando algum morador é retirado, seja por ser considerado improdutivo, ou por ter adquirido as terras de maneira irregular. Uma contradição marcante desse processo é que os critérios para serem considerados improdutivos são definidos pelas instituições do poder público, sem participação democrática da comunidade.

A produção no assentamento é árdua, principalmente porque, após anos de manejo inadequado, o solo se encontra empobrecido e, pela pouca oferta de água. A maioria dos rios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Aldeia está poluído, sendo aqueles então denominados pela população local de “valões” (Souza-Lima et al., 2012), um precioso recurso que não pode ser utilizado pelos agricultores da região.

Esses agricultores dependem tanto de insumos, que precisam ser fornecidos regularmente, como de maquinário. Esse último precisa ser operado por profissionais qualificados e ter o devido suporte para a manutenção, fornecido pelas instituições públicas para não inviabilizar financeiramente a produção. No entanto, após eleição municipal de 2012, a prefeitura de São Gonçalo cortou subitamente a verba para os tratoristas e também para a manutenção das máquinas. Os agricultores passaram, então, a usar recursos próprios, mas a prefeitura foi além e tomou os trato-

res da sede do sindicato, com a alegação de que eles “não estavam recebendo a manutenção adequada”. Um dos tratores ficou meses desaparecido, recebendo por isso a alcunha de “Amarildo”, em referência ao caso de repercussão nacional do pedreiro que desapareceu na comunidade da Rocinha (posteriormente, 4 policiais militares foram condenados pela tortura e morte dele), no município do Rio de Janeiro, no ano de 2013. Após alguns meses, certas máquinas passaram a ser usadas, mas sob administração direta da prefeitura, com pouco ou nenhum controle da comunidade.

Diversos projetos chegam aos agricultores da Fazenda Engenho Novo e o mais importante deles é o Programa Rio Rural, gerido pelo governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e operado pela EMATER-RIO e pelo Comitê Gestor da Microbacia do Rio da Aldeia (COGEM), entidade eleita pelos assentados a cada dois anos (Benito Gonzaga Igreja Junior, informação pessoal). Esses projetos têm viabilizado diversas atividades, como a produção de ovos, de pupunha, do reflorestamento, no entanto também apresentam contradições, uma vez que só beneficiam uma parcela pequena de trabalhadores. A escolha dos contemplados é feita com base em diversos critérios, como a participação em reuniões, rendimento em outros projetos, se o produtor está devidamente legalizado etc. Alguns agricultores se mostram ressentidos tanto com a direção do sindicato quanto com o ITERJ, quando não preenchem os requisitos e acabam por se afastar, impulsionando um fracionamento dentro do sindicato.

Diversos moradores relatam que esta é a primeira vez que recebem algum apoio do Estado. Segundo eles, ao longo dos anos a relação com o poder público sempre foi muito negativa, chegando ao ponto de a prefeitura negar a existência deles e cobrar imposto urbano dentro da área do assentamento da Fazenda Engenho Novo. No início do século XXI, houve a tentativa de se implantar uma unidade de detenção de menores infratores dentro

da área do assentamento, fato esse que uniu não só os camponeses, mas também os moradores das comunidades próximas em uma luta com a prefeitura. Foi a partir dessa mobilização e dos impactos negativos políticos para a prefeitura, que passou a haver o diálogo com o sindicato.

Outro ponto relatado nas reuniões do sindicato é o aumento da violência no local: com a absoluta falta de policiamento, grupos criminosos utilizam o assentamento como “área de desova” e ocasionalmente cadáveres humanos são encontrados, inclusive dentro das ruínas da sede; carros incendiados são abandonados; e a taxa de criminalidade tem aumentado na região. Os moradores narram também a ação da “máfia da areola” (figura 4), que degrada as margens do rio Aldeia e seus tributários. Muitos relatos dão conta até mesmo de mortes de agricultores atribuídas a esses grupos. Essa prática de extração predatória chegou a reduzir muito com o renascimento da agricultura nas últimas décadas, mas nunca cessou de fato.

A maioria dos agricultores é composta por pessoas de meia idade e idosos, o que é um flagrante do envelhecimento da população rural brasileira. Com exceção de algumas crianças menores, poucos jovens em idade ativa são observados. O impacto das reformas da previdência e trabalhista sobre essa comunidade, reduzindo a capacidade de financiamento da produção rural pelos próprios agricultores e tornando-a mais dependente do cada vez mais escasso subsídio estatal, abre caminho para uma forte desagregação da comunidade e para a expansão da atuação de facções do crime organizado que ocupam os bairros ao redor.

Referências

ALMEIDA, M. M. et al. “Bromélias: diversidade e conservação nos remanescentes de Mata Atlântica do município de São Gonçalo”. In SANTOS, M.

- G. (org.). *Biodiversidade e Sociedade no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, pp. 151-77.
- ANDRADE, T. A. G. e RIBEIRO, J. C. F. “Gestão de bacias hidrográficas urbanas: estudo das bacias hidrográficas no município de São Gonçalo – região hidrográfica da Baía de Guanabara”. In Santos, M. G. (org.). *Estudos Ambientais em regiões metropolitanas: São Gonçalo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 167-90.
- AZEVEDO, C. V. e GODOY, K. E. “Fazenda Engenho Novo: as relações de pertencimento entre a comunidade e seu patrimônio”. *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Atlas Brasil*. Teresina: UFPI, Teresina, 2012.
- BERTOLINO, A. V. F. A. et al. “Movimentos de Massa no município de São Gonçalo”. In SANTOS, M. G. (org.). *Biodiversidade e Sociedade no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016, pp. 243-63.
- GODOY, K. E. “Circuito turístico da Fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e profissionalização de atividades geradoras de renda”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.
- IGREJA JUNIOR, B. G. *Assentamento Fazenda Engenho Novo - remanescente de espaço rural de São Gonçalo: situação atual e perspectivas* (anteprojeto de pesquisa). UERJ, 2009.
- _____ et al. *Características climáticas de São Gonçalo–RJ*. Rio de Janeiro: Emater-Rio, 2009. Disponível em: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/Default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=4409&state=FD>. Acesso em 12/06, as 11:00.
- LAGES, L. H. M. *Plantas medicinais: os saberes locais entre os camponeses da comunidade da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo, RJ* (dissertação). UERJ, 2015.
- PASSOS, A. S. et al. “Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga Fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ”. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 2010, n. 10, v. 4, pp. 1-19.
- SANTOS, M. G. et al. “A biodiversidade da APA do Engenho Pequeno e Morro do Castro”. In _____ (org.). *Estudos ambientais em regiões metropolitanas do Rio de Janeiro: o município de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 59-97.
- SOUZA-LIMA, R. et al. “Ictiofauna do Rio Aldeia, São Gonçalo”. In SANTOS, M. G. (org.). *Estudos ambientais em regiões metropolitanas do Rio de Janeiro: o município de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp.115-34.